

Projeto de Lei nº 22/2020

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO - PLE Nº 09/2020

DISPOE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA DO MUNICÍPIO DE PORECATU PARA O EXERCÍCIO DE 2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito do Município de Porecatu**, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, apresenta a judiciosa apreciação da colenda Câmara de Vereadores o seguinte.

Artigo 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no § 2º, inciso II, do Artigo 165, da Constituição Federal, no Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, e no Artigo 91, da Lei Orgânica do Município de Porecatu, as diretrizes orçamentárias do Município, relativas ao exercício financeiro de 2021, compreendendo:

- I - as metas e prioridades da Administração Pública Municipal;
- II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
- III - as diretrizes específicas para o Poder Legislativo;
- IV - as diretrizes gerais para a elaboração e a execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
- VII - as disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- VIII - as disposições finais.

Parágrafo único - Integram esta Lei os seguintes anexos:

- I - Estrutura Orçamentária;
- II - Metas e Prioridades;
- III - Metas Fiscais;
- IV - Riscos Fiscais; e,
- V - Obras em andamento.

CAPÍTULO I
METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 2º - Constituem prioridades do Governo Municipal:

- I - implementar políticas municipais de responsabilidade social;
- II - a austeridade na gestão dos recursos públicos;
- III - promover a adequação, modernização e eficiência dos serviços públicos;
- IV - promover o aprimoramento, modernização e valorização do quadro de servidores;
- V - promover a adequação da infraestrutura urbana e do sistema viário;
- VI - promover o desenvolvimento econômico sustentável do Município; e
- VII - à promoção do desenvolvimento rural.





§ 1º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do *caput* deste artigo.

§ 2º - Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos em lei específica ou no Plano Plurianual - PPA.

Artigo 3º - Em conformidade com o disposto no § 2º, do Artigo 165, da Constituição Federal, no Artigo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF e no Artigo 91 da Lei Orgânica do Município, as metas e prioridades para o exercício financeiro de 2021 estarão estabelecidas no Anexo II – Metas e Prioridades.

§ 1º - Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2021 será dada prioridade:

- I - à redução das desigualdades sociais e melhoria da qualidade de vida da população;
- II - ao atendimento integral à criança e ao adolescente;
- III - à austeridade na gestão dos recursos públicos;
- IV - à geração de emprego e renda e preservação dos recursos naturais;
- V - à promoção do desenvolvimento urbano; e
- VI - à promoção do desenvolvimento rural.

§ 2º A execução das ações vinculadas às metas e prioridades do Anexo a que se refere o *caput* estará condicionada à manutenção do equilíbrio das contas públicas, conforme Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei.

Artigo 4º - Será garantida a destinação de recursos orçamentários para a oferta de programas públicos de atendimento à infância e à adolescência no Município, conforme disposto no Artigo 227 da Constituição Federal/88 e no Artigo 4º da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 e suas alterações - **Estatuto da Criança e do Adolescente**.

Artigo 5º - Na elaboração do Orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade num processo de democracia participativa, voluntária e universal, por meio dos Conselhos Municipais, em atendimento ao disposto no Artigo 44 da Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.

Parágrafo Único - Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do parágrafo único do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

CAPÍTULO II ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Artigo 6º - O Projeto de Lei Orçamentária do Município, relativo ao exercício de 2021 deve obedecer aos princípios de justiça social, de controle social, de transparência na elaboração e execução do orçamento e da economicidade, observado o seguinte:



- I - o princípio de justiça social implica assegurar, na elaboração e na execução do orçamento, projetos e atividades que possam reduzir as desigualdades entre indivíduos e regiões da Cidade, bem como combater a exclusão social;
- II - o princípio de controle social implica assegurar a todos os cidadãos a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;
- III - o princípio de transparência implica, além da observação do princípio constitucional da publicidade, a utilização dos meios disponíveis para garantir o real acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento; e
- IV - o princípio da economicidade implica, na relação custo-benefício, ou seja, na eficiência dos atos de despesa, que conduz à própria eficiência da atividade administrativa.

Artigo 7º - Para efeito desta lei entende-se por:

- I - diretriz: o conjunto de princípios que orienta a execução dos Programas de Governo;
- II - função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- III - subfunção: uma partição da função que visa agregar determinado subconjunto da despesa do setor público;
- IV - programa: o instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- V - ação: especifica a forma de alcance do objetivo do programa de governo, onde descreve o produto e a meta física programada e sua finalidade, bem como os investimentos que devem ser detalhados em unidades e medidas;
- VI - atividade: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente e das quais resulta um produto necessário à manutenção das ações de governo;
- VII - projeto: o instrumento de programação para alcançar os objetivos de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento das ações de governo;
- VIII - operação especial: o conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do governo, das quais não resultam em um produto e não geram contraprestação direta sob formas de bens ou serviços representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;
- IX - órgão orçamentário: constitui a categoria mais elevada da Classificação Institucional, onde são vinculadas as unidades orçamentárias para desenvolverem um programa de trabalho definido;
- X - unidade orçamentária: constitui-se num desdobramento de um órgão orçamentário, podendo ser da administração direta, ou da administração indireta em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho;
- XI - modalidade de aplicação: a especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;
- XII - concedente: o órgão ou entidade da Administração Pública Municipal responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive de descentralização de créditos orçamentários; e
- XIII - conveniente: as entidades da Administração Pública Municipal e entidades

Handwritten signature in blue ink.

privadas que recebem transferências financeiras, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 3º - As categorias de programação de que trata esta lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, os quais estarão vinculados a atividades, projetos ou operações especiais mediante a indicação de suas metas físicas, sempre que possível.

Artigo 8º - As metas físicas serão indicadas no desdobramento da programação vinculada aos respectivos projetos, atividades e operações especiais de modo a especificar a ação/meta integral ou parcial dos programas de trabalho.

Artigo 9º - O Orçamento Fiscal que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo até 30 de setembro de 2020, compreenderá a programação dos Poderes Legislativos e Executivos do Município, seus Órgãos e Fundos Municipais.

Artigo 10 - O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com as respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, a categoria econômica, o grupo de natureza da despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa.

§ 1º - As categorias econômicas estão assim detalhadas:

- I - Despesas correntes - 3; e
- II - Despesas de capital - 4.

§ 2º - Os grupos de natureza da despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

- I - pessoal e encargos sociais - 1;
- II - juros e encargos da dívida - 2;
- III - outras despesas correntes - 3;
- IV - investimentos - 4;
- V - inversões financeiras - 5; e
- VI - amortização da dívida - 6.

§ 3º - A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

- I - diretamente, pela unidade detentora do crédito orçamentário ou, mediante descentralização de crédito orçamentário, por outro órgão ou entidade integrante do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social;
- II - indiretamente, mediante transferência financeira, por outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades privadas sem fins lucrativos.

4

§ 4º - Na especificação da modalidade de aplicação de que trata o parágrafo anterior será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - transferências à União - 20;
- II - transferências a Estados e ao Distrito Federal - 30;
- III - transferências a instituições privadas sem fins lucrativos - 50;
- IV - transferências a consórcios públicos - 71;
- V - aplicações diretas - 90; e

§ 5º - A especificação da despesa será apresentada por unidade orçamentária até o nível de elemento de despesa.

Artigo 11 - A Reserva de Contingência prevista no Artigo 35 desta lei será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere à categoria econômica, ao grupo de natureza da despesa, à modalidade de aplicação, ao elemento de despesa e à fonte de recursos.

Artigo 12 - A Lei Orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

- I - ao pagamento de precatórios judiciais, inclusive o cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor; e
- II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida fundada.

Artigo 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar, na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Município bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal ocorridas após o encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021 ao Poder Legislativo.

Artigo 14 - A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá:

- I - o demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e o desenvolvimento do ensino;
- II - o demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional nº 29/2000;
- III - a discriminação da dívida pública total acumulada.

Artigo 15 - O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

- I - texto da lei;
- II - quadros orçamentários consolidados;
- III - anexo do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei.

Parágrafo único - Integrarão o Orçamento Fiscal, todos os quadros previstos no inciso III, do Artigo 22, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

CAPÍTULO III DIRETRIZES ESPECÍFICAS PARA O PODER LEGISLATIVO

Artigo 16 - O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de sete por cento, relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas no § 5º,

Assisio

do Artigo 153, e nos arts. 158 e 159, da Constituição Federal/88, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com a Emenda Constitucional nº 25/2000.

Parágrafo único - O desembolso dos recursos financeiros consignados à Câmara Municipal, será feito até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, ou de comum acordo entre os poderes.

Artigo 17 - O Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo sua proposta orçamentária, para fins de consolidação, até o dia 30 de julho do corrente exercício, observadas as disposições desta lei.

CAPÍTULO IV DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E A EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

SEÇÃO I Diretrizes Gerais

Artigo 18 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2021 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como deverão levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando ao equilíbrio orçamentário-financeiro.

§ 1º - Será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público:

I - pelo Poder Legislativo, no que lhe couber, os instrumentos de gestão previstos no *caput* do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

II - pelo Poder Executivo:

- a) A Lei Orçamentária Anual e seus anexos;
- b) As alterações orçamentárias realizadas mediante a abertura de Créditos Adicionais;
- c) O Relatório Resumido da Execução Orçamentária; e
- d) O Relatório de Gestão Fiscal.

§ 2º Para o efetivo cumprimento da transparência na gestão fiscal de que trata o *caput* deste artigo, o Poder Executivo, por meio do Secretária de Fazenda e ou da Assessoria de Planejamento e do Órgão de Controle Interno do Município, deverá:

I - manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, com os instrumentos de gestão descritos no *caput* do Artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF; e

II - providenciar as medidas previstas no inciso II, do § 1º, deste artigo, a partir da execução da Lei Orçamentária Anual, do exercício de 2021, e nos prazos definida pela Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 19 - As estimativas de receitas serão feitas com a observância estrita das normas técnicas e legais e considerarão os efeitos das alterações na legislação, da



variação dos índices de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante.

Artigo 20 - O Poder Executivo, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Secretaria de Fazenda, deverá elaborar e publicar a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do Artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta lei.

§ 1º - O Poder Legislativo deverá enviar ao Poder Executivo, até dez dias após a publicação da Lei Orçamentária para 2021, a programação de desembolso mensal para o referido exercício.

§ 2º - O Poder Executivo publicará a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2021.

Artigo 21 - No prazo previsto no artigo anterior desta lei, o Poder Executivo, sob a coordenação da Assessoria de Planejamento e Secretaria de Fazenda, deverá publicar as receitas previstas, desdobradas em metas bimestrais, juntamente com as medidas de combate à evasão e à sonegação, bem como as quantidades e os valores das ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa e o montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa, nos termos do Artigo 13, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 22 - Se for verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, o Poder Legislativo e o Poder Executivo promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º - Caso haja necessidade, a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para o cumprimento do disposto no Artigo 9º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, visando atingir as metas fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais - Metas Anuais, desta lei, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras, de cada Poder, excluídas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Artigo 23 - Além de observar as diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos Programas de Governo.

Artigo 24 - As propostas parciais dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais serão elaboradas segundo os preços vigentes no mês de julho de 2020.



Artigo 25 - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos sem antes ter assegurado recursos suficientes para obras ou etapas de obras em andamento e para conservação do patrimônio público, salvo projetos programados com recursos de convênios e operações de crédito.

Artigo 26 - É obrigatória a destinação de recursos para compor contrapartida de transferências voluntárias efetuadas pela União e pelo Estado, bem como de empréstimos internos e externos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Parágrafo único - Somente serão incluídas, na proposta orçamentária anual, dotações relativas às operações de crédito contratadas ou autorizadas pelo Legislativo Municipal até 30 de junho de 2020.

Artigo 27 - A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará à Assessoria Municipal de Planejamento, até 15 de julho do corrente exercício, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais inscritos até 1º de julho de 2019 a serem incluídos na proposta orçamentária de 2021 devidamente atualizados, conforme determinado pelo § 1º, do Artigo 100, da Constituição Federal/88, e discriminada conforme detalhamento constante do Artigo 12 desta lei, especificando:

- I - número e data do ajuizamento da ação originária;
- II - número do precatório;
- III - tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- IV - enquadramento (alimentar ou não - alimentar);
- V - data da autuação do precatório;
- VI - nome do beneficiário;
- VII - valor do precatório a ser pago;
- VIII - data do trânsito em julgado; e
- IX - número da vara ou comarca de origem.

Parágrafo único - A atualização monetária dos precatórios, determinada no § 1º, do Artigo 100, da Constituição Federal/88 e das parcelas resultantes observará, no exercício de 2021, os índices adotados pelo Poder Judiciário respectivos.

Artigo 28 - As obras já iniciadas terão prioridade na alocação dos recursos para a sua continuidade e/ou conclusão.

Artigo 29 - O controle de custos e a avaliação de resultados previstos no inciso I, alínea "e", do Artigo 4º e no § 3º, do Artigo 50, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, serão realizados pelo Órgão de Controle Interno do Município.

SEÇÃO II

Diretrizes Específicas do Orçamento Fiscal

Artigo 30 - O Orçamento Fiscal estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado do Tesouro Municipal e fixarão as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo bem como as de seus Órgãos e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade, da exclusividade, da



publicidade e da legalidade.

Artigo 31 - É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos adicionais suplementares ou especiais com finalidade precisa.

Artigo 32 - Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:
I - os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
II - o aumento ou diminuição dos serviços prestados, a tendência do exercício; e
III - as alterações tributárias.

Artigo 33 - O Município aplicará, no mínimo, 25% de sua receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências constitucionais, na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõe o Artigo 212 da Constituição Federal/88.

Artigo 34 - O Município aplicará, no mínimo, 15% em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do Artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 29/2000 e no inciso III, do Artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal/88.

Artigo 35 - A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência no valor até meio por cento da Receita Corrente Líquida, destinada a atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme previsto no inciso III, do Artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Parágrafo Único - Caso não seja necessária à utilização da Reserva de Contingência para sua finalidade, no todo ou em parte, até o mês de setembro, o saldo remanescente poderá ser utilizado apenas para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais destinados à prestação de serviços públicos de assistência social, saúde e educação e ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública.

Artigo 36 - Fica o Poder Legislativo e Executivo, nos termos do inciso V, do artigo 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso III do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Créditos Adicionais e Suplementares até o limite de 10% (dez por cento) do total de despesa fixada para cada Poder.

Parágrafo único - Entende-se por Créditos Adicionais Suplementares as alterações dentro do mesmo órgão e unidade orçamentária, mesmo programa de trabalho, mesma categoria econômica da despesa.

Artigo 37 - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do Artigo 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso I do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - *Superávit* Financeiro, por Fonte de Recursos.

§ 1º - Entende-se por *Superávit* Financeiro a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, apurada por Fonte de Recursos, em 31 de dezembro de 2020.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 38 - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso V, do Artigo 167, da Constituição Federal/88 e artigos 7º, 42 e inciso II do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Excesso de Arrecadação, por Fonte de Recursos.

§ 1º - Entende-se por Excesso de Arrecadação o recebimento de recursos de convênios não previstos na Lei Orçamentária de 2021 e a diferença positiva entre a receita prevista na Lei Orçamentária de 2021 e a receita efetivamente realizada, por Fonte de Recursos.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 39 - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transposição.

§ 1º - Entende-se por Transposição a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 40 - Fica o Poder Executivo, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Remanejamento.

§ 1º - Entende-se por Remanejamento a realocação de recursos entre órgãos, dentro da mesma fonte de recursos, independente da categoria econômica da despesa.

§ 2º Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 41 - Ficam os Poderes Executivo e Legislativo, nos termos do inciso VI, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, e artigos 7º, 42 e inciso III do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, autorizados a abrir Crédito Adicional - Transferência.

§ 1º - Entende-se por Transferência a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 42 - Ficam os Poderes Legislativo e Executivo autorizados a alterar as Modalidades de Aplicação constantes da Lei Orçamentária de 2021 até o limite de



dez por cento do total da despesa fixada para cada Poder.

Parágrafo único - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 43 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar as fontes de recursos constantes da Lei Orçamentária de 2021 até o limite de dez por cento do total da despesa fixada para o Poder Executivo.

§ 1º - A alteração prevista no *caput* fica limitada às Fontes de Recursos a seguir especificadas:

000	Recursos Ordinários (Livres) - Exercício Corrente
101	FUNDEB - 60% - Exercício Corrente
102	FUNDEB - 40% - Exercício Corrente
103	Educação 5% - Transferências Constitucionais Vinculadas a Educação - Exercício Corrente
104	Educação 25% - Impostos Vinculados à Educação - Exercício Corrente

§ 2º - Ficam excluídas do limite fixado no Artigo 36 desta lei, as alterações previstas no *caput* deste artigo.

Artigo 44 - A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no § 2º, do Artigo 167, da Constituição Federal/88, será efetivada mediante decreto do Poder Executivo.

§ 1º - Para a reabertura dos créditos previstos no *caput*, o Executivo utilizar-se-á do previsto nos incisos I e II, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 2º - Ficam excluídos do limite fixado no Artigo 36 desta lei, os créditos previstos no *caput* deste artigo.

Artigo 45 - Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município a outras entidades públicas ou privadas, deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas ao Órgão de Controle Interno do Município.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 46 - As despesas com pessoal e encargos sociais para o exercício financeiro de 2021 serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis, na Lei Federal nº 9.717, de 27/11/1998, na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 47 - O reajuste salarial dos servidores públicos municipais deverá observar a previsão de recursos orçamentários e financeiros constantes na Lei Orçamentária de 2021, e em seus Créditos Adicionais, em categoria de programação específica, observando o limite do inciso III, do Artigo 20, e o Artigo 21 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.



Artigo 48 - O Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Administração, publicará, até 31 de julho de 2020, a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior e indicando as respectivas variações percentuais.

Artigo 49 - O Poder Legislativo, durante o exercício financeiro de 2021, deverá enquadrar-se nas determinações dos arts. 46 e 47 desta lei, com relação às despesas com pessoal e encargos sociais.

Artigo 50 - Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como base de cálculo, para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, a folha de pagamento do mês de Junho de 2020 projetada para o exercício, considerando os eventuais acréscimos legais a serem concedidos aos servidores públicos municipais, bem como as admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos arts. 18 e 19 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, observado o contido no Artigo 37, II, da Constituição Federal.

§ 1º - Para atender ao disposto no *caput* deste artigo serão observados os limites estabelecidos na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, e na Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

§ 2º - Para fins de atendimento ao disposto no art. 22, V da Lei Complementar 101/2000- LRF, ficam autorizadas a contratação de horas extras nos setores de saúde, educação e serviços essenciais mediante autorização expressa do ordenador de despesas.

Artigo 51 - No exercício financeiro de 2021, observado o disposto no Artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o Artigo 48 desta lei;
- II - houver vacância, após 31 de julho de 2021, dos cargos ocupados, constantes da referida tabela;
- III - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- e
- IV - forem observados os limites previstos no parágrafo único do Artigo 64 desta lei, ressalvado o disposto no Artigo 22, inciso IV, da LRF.

Parágrafo único - A criação de cargos, empregos e funções somente poderão ocorrer depois de atendido ao disposto neste artigo, no Artigo 169, § 1º, I e II, da Constituição Federal, e nos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 52 - O disposto no Artigo 18, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único - Não se consideram como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:



- I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal do órgão ou entidade, na forma de regulamento;
- II - não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinto, total ou parcialmente; ou
- III - não caracterizem relação direta de emprego.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Artigo 53 - Ocorrendo alterações na legislação tributária em vigor, decorrentes de lei aprovada até o término deste exercício, que impliquem acréscimo em relação à estimativa de receita constante do Projeto de Lei Orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos devidos ajustes na execução orçamentária.

Artigo 54 - Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo INPC/IBGE ou outro indexador que venha substituí-lo.

Artigo 55 - O Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU do exercício de 2021 terá desconto de até quinze por cento do valor lançado para pagamento na primeira cota única e dez por cento na segunda cota única.

Artigo 56 - Na previsão da receita para o exercício financeiro de 2021 serão observados os incentivos e os benefícios fiscais estabelecidos pelas Leis Municipais de Isenções e de Incentivo à Industrialização, se atendidas às exigências do Artigo 14, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, conforme detalhado no Anexo de Metas Fiscais - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

Artigo 57 - Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, deverão atender ao disposto no Artigo 14 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.

Artigo 58 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em Lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no Artigo 14, § 3º, II, da LRF.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 59 - O Orçamento da Administração Direta deverá destinar recursos ao pagamento do serviço da dívida municipal.



Parágrafo único - Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de junho de 2020.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 60 - Cabe à Assessoria de Planejamento a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do projeto de lei orçamentária, de que trata esta lei.

Parágrafo único - A Assessoria de Planejamento determinará sobre:

- I - o calendário das atividades para a elaboração dos orçamentos;
- II - a elaboração e a distribuição do material que compõe as propostas parciais do Orçamento Anual dos Poderes Legislativo e Executivo e dos Fundos do Município;
- e
- III - as instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos de que trata esta lei.

Artigo 61 - Para os efeitos do disposto no Artigo 16, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF:

- I - as especificações nele contidas integrarão o processo administrativo de que trata o Artigo 38 da Lei nº 8.666/1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o Artigo 182, § 3º, da Constituição Federal; e
- II - as despesas irrelevantes, conforme disposto no Artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, são aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do Artigo 24 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Artigo 62 - São vedados quaisquer procedimentos, pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária, em cumprimento aos arts. 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 63 - Os valores das metas fiscais, em anexo, devem ser considerados como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2021 ao Legislativo Municipal.

Artigo 64 - A execução orçamentária dos órgãos da administração constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

Artigo 65 - Para efeito do disposto no Artigo 42, da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF, considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único - No caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da Administração Pública Municipal, consideram-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Assis

Artigo 66 - A Assessoria de Planejamento divulgará no prazo de trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD, especificando-o por atividades, projetos e operações especiais, em cada unidade orçamentária contida no Orçamento Fiscal, bem como as demais normas para a execução orçamentária.

Artigo 67 - Cabe ao Órgão de Controle Interno do Município a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta lei, em atendimento ao Artigo 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 68 - Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou que alterem os valores da receita orçamentária poderão ser utilizados mediante créditos adicionais suplementares e especiais com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do Artigo 166, § 8º da Constituição Federal.

Artigo 69 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte (23.04.2020).


Fábio Luiz Andrade
Prefeito





Gabinete do Prefeito, 23 de abril de 2020.

JUSTIFICATIVA

Senhores Membros do Legislativo Municipal:

Encaminhamos para a apreciação e deliberação dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei do Executivo nº 09/2020, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2021 e dá outras providências, em atendimento ao artigo 165 da Constituição Federal de 1988, ao artigo 4º da Lei Complementar nº 101/00 e ao artigo 91 da Lei Orgânica do Município de Porecatu.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é o instrumento de conexão entre o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento anual. Tem a função de estabelecer a ligação entre o curto prazo (Lei Orçamentária) e o longo prazo (PPA 2018 - 2021).

A LDO orienta a elaboração da LOA, fixa as metas e prioridades da Administração Pública, dispõe sobre alterações na legislação, estabelece metas fiscais, riscos fiscais e os fatores que podem vir a afetar as contas públicas.

Diante das razões expostas e exigências legais, rogamos aos Nobres Edis apreciação e aprovação da presente matéria.

Atenciosamente,

Fábio Luiz Andrade
Prefeito
















ATA DE AUDIENCIA PÚBLICA LDO/2020

A Audiência teve início às 09h00min do dia 23 de abril de 2020, no salão nobre da Prefeitura Municipal de Porecatu, endereço: Rua Barão do Rio Branco, nº 344. A Audiência Pública foi convocada pelo poder Executivo por meio da Secretaria de Planejamento com a finalidade de apresentar a metas e diretrizes orçamentárias para o ano de 2021. A fala inicial, do Secretário Marcelo Gomes, abordou o tema da transparência pública e sua importância para o processo de democratização. Foram convidados representando a Câmara Municipal, o Presidente da câmara de Vereadores Otacílio Pereira Júnior e o organizador do evento a Secretária de Planejamento: Marcelo Gomes. A primeira fala foi do secretário de planejamento que cumprimentou todos presentes e falou da importância do Orçamento Participativo no Município. Elogiou o executivo pela atenção dada ao tema com a realização da audiência pública para demonstração dos recursos Municipais previstos. A seguinte fala foi em relação a situação precária do município em relação ao sequestro das verbas FPM que ainda permanecem meio a pandemia corona vírus, mas foi feita uma solicitação da suspensão isso tem acarretado uma série de prejuízos a gestão da cidade, por essa razão várias iniciativas foram realizadas para conter despesas. Informou que a Controladoria é responsável pelo controle das Peças Orçamentárias, PPA, LDO e LOA e por fim, parabenizou a Secretaria pela realização do evento. A fala foi repassada para o Procurador municipal Dr. Lielton Valério, que também está no Controle Interno que fez os cumprimentos e iniciou a apresentação. Explicou que conforme a Constituição Federal em seu artigo 165, a LDO compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas para o exercício financeiro subsequente, e orientará a elaboração da LOA. Explicou que as atribuições integrantes no artigo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal dispõem sobre o equilíbrio entre as receitas e despesas, critérios e formas de limitação de empenho e os anexos obrigatórios da LDO que são compostos pelos Anexos de Metas Fiscais e Anexos de Riscos Fiscais. Explanou sobre os objetivos básicos da LDO, os quais consistem em orientar a elaboração do orçamento, sendo o elo entre o PPA e a LOA, define metas e prioridades compatíveis com o PPA e assegura o equilíbrio fiscal. Durante a exposição da Audiência Pública foi feita a demonstração das metas de receita e de despesa, a situação em que se encontra hoje a dívida do município, as metas fiscais com o resultado primário, ou seja, o alto índice da folha de pagamento e o sequestro de verbas tem levado o município a ter sérios problemas financeiros. Por fim, foi apresentado o Anexo de Riscos Fiscais, cumprindo a determinação, descrita no parágrafo 3º do artigo 4º, da Lei Complementar nº 101/2000. Apresentou por fim as emendas parlamentares

LISTA DE PRESENÇA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DISCUSSÃO DA LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
 PARA O EXERCÍCIO DE 2021, REALIZADA NO PLENÁRIO DA CÂMARA DE VEREADORES ÀS 09h DO DIA
 16/04/2020.

NOME	DOCUMENTO	ASSINATURA
Alessandra Santos	02.836.442-0	
Regemir Helen de Aquino Cav	4.919.634-2	
Ednaide Joly	35629346	
AILTON NICOLE	3.914.160-4	
M. DRE CARMEN TAPANI	9.117.386-7	
Ju de B. Freire	3755858-3	
Opáuil Otaviana Almeida	12.574.474-5	
Gabriella M ^{te} P. B. Santos	12.609.491-3	
Emilly K. Miranda	006.006.100-78	
Opáuil de Fran. Aguiar	057.633.618-36	
MARCELO LEMES	088.332.169-31	
Luís Carlos Soares	3921594-2	

Município de Porecatu - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2021

20

ARF(LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
ASSUNÇÃO PASSIVOS	200.000,00	ECONOMIA ADMINISTRATIVA	200.000,00
SUBTOTAL	200.000,00	SUBTOTAL	200.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
FRUSTAÇÃO RECEITAS	300.000,00	ECONOMIA ADMINISTRATIVA	300.000,00
SUBTOTAL	300.000,00	SUBTOTAL	300.000,00
TOTAL	500.000,00	TOTAL	500.000,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 07m.

Município de Porecatu - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 METAS ANUAIS
 2021

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	40.500.000,00	40.500.000,00	-	100,248	42.500.000,00	42.500.000,00	-	100,236	43.775.000,00	43.775.000,00	-	100,632
Receita Primária (I)	40.338.000,00	40.338.000,00	-	99,847	42.400.000,00	42.400.000,00	-	100,000	43.672.000,00	43.672.000,00	-	100,395
Despesa Total	40.500.000,00	40.500.000,00	-	100,248	42.500.000,00	42.500.000,00	-	100,236	43.775.000,00	43.775.000,00	-	100,632
Despesa Primária (II)	40.500.000,00	40.500.000,00	-	100,248	39.000.000,00	39.000.000,00	-	91,981	41.000.000,00	41.000.000,00	-	94,253
Resultado Primário (III) = (I - II)	(162.000,00)	(162.000,00)	-	(0,401)	3.400.000,00	3.400.000,00	-	8,019	2.672.000,00	2.672.000,00	-	6,143
Resultado Nominal	500.000,00	500.000,00	-	1,238	2.000.000,00	2.000.000,00	-	4,717	2.000.000,00	2.000.000,00	-	4,598
Dívida Pública Consolidada	26.000.000,00	26.000.000,00	-	64,356	27.000.000,00	27.000.000,00	-	63,679	28.000.000,00	28.000.000,00	-	64,368
Dívida Consolidada Líquida	24.000.000,00	24.000.000,00	-	59,406	25.000.000,00	25.000.000,00	-	58,962	26.000.000,00	26.000.000,00	-	59,770
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Impacto do saldo das PPP (VI)=(IV-V)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

R\$ 1,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 08m.

Município de Porecatu - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2021

22

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação (II-I)	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	36.700.000,00	0,000	88,429	38.122.970,40	0,000	102,423	1.422.970,40	3,88
Receita Primária (I)	36.600.000,00	0,000	88,188	37.992.373,69	0,000	102,072	1.392.373,69	3,80
Despesa Total	36.700.000,00	0,000	88,429	38.494.769,11	0,000	103,422	1.794.769,11	4,89
Despesa Primária (II)	36.500.000,00	0,000	87,947	35.278.264,59	0,000	94,780	(1.221.735,41)	-3,35
Resultado Primário (III)=(I - II)	100.000,00	0,000	0,241	2.714.109,10	0,000	7,292	2.614.109,10	2614,11
Resultado Nominal	1.500.000,00	0,000	3,614	2.916.808,01	0,000	7,836	1.416.808,01	94,45
Dívida Pública Consolidada	22.000.000,00	0,000	53,009	25.915.037,15	0,000	69,625	3.915.037,15	17,80
Dívida Consolidada Líquida	20.500.000,00	0,000	49,395	23.780.955,63	0,000	63,891	3.280.955,63	16,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 08m.

Município de Porecatu - PR
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
 2021

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art 4º, § 2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	38.256.463,94	36.700.000,00	-4,07	38.600.000,00	5,18	40.500.000,00	4,92	42.500.000,00	4,94	43.775.000,00	3,00	
Receita Primária (I)	38.124.887,43	36.600.000,00	-4,00	38.400.000,00	4,92	40.338.000,00	5,05	42.400.000,00	5,11	43.672.000,00	3,00	
Despesa Total	36.747.835,69	36.700.000,00	-0,13	38.600.000,00	5,18	40.500.000,00	4,92	42.500.000,00	4,94	43.775.000,00	3,00	
Despesa Primária (II)	35.438.301,87	36.500.000,00	3,00	34.800.000,00	-4,66	40.500.000,00	16,38	39.000.000,00	-3,70	41.000.000,00	5,13	
Resultado Primário (III)=(I - II)	2.686.585,56	100.000,00	-96,28	3.600.000,00	3500,00	(162.000,00)	-104,50	3.400.000,00	-2198,77	2.672.000,00	-21,41	
Resultado Nominal	3.443.105,01	1.500.000,00	-56,43	500.000,00	-66,67	500.000,00	0,00	2.000.000,00	300,00	2.000.000,00	0,00	
Divida Publica Consolidada	22.583.473,85	22.000.000,00	-2,58	22.500.000,00	2,27	26.000.000,00	15,56	27.000.000,00	3,85	28.000.000,00	3,70	
Divida Consolidada Líquida	20.246.090,17	20.500.000,00	1,25	20.000.000,00	-2,44	24.000.000,00	20,00	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	%	
Receita Total	38.256.463,94	36.700.000,00	-4,07	38.600.000,00	5,18	40.500.000,00	4,92	42.500.000,00	4,94	43.775.000,00	3,00	
Receita Primária (I)	38.124.887,43	36.600.000,00	-4,00	38.400.000,00	4,92	40.338.000,00	5,05	42.400.000,00	5,11	43.672.000,00	3,00	
Despesa Total	36.747.835,69	36.700.000,00	-0,13	38.600.000,00	5,18	40.500.000,00	4,92	42.500.000,00	4,94	43.775.000,00	3,00	
Despesa Primária (II)	35.438.301,87	36.500.000,00	3,00	34.800.000,00	-4,66	40.500.000,00	16,38	39.000.000,00	-3,70	41.000.000,00	5,13	
Resultado Primário (III)=(I - II)	2.686.585,56	100.000,00	-96,28	3.600.000,00	3500,00	(162.000,00)	-104,50	3.400.000,00	-2198,77	2.672.000,00	-21,41	
Resultado Nominal	3.443.105,01	1.500.000,00	-56,43	500.000,00	-66,67	500.000,00	0,00	2.000.000,00	300,00	2.000.000,00	0,00	
Divida Publica Consolidada	22.583.473,85	22.000.000,00	-2,58	22.500.000,00	2,27	26.000.000,00	15,56	27.000.000,00	3,85	28.000.000,00	3,70	
Divida Consolidada Líquida	20.246.090,17	20.500.000,00	1,25	20.000.000,00	-2,44	24.000.000,00	20,00	25.000.000,00	4,17	26.000.000,00	4,00	

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abri/2020, 10h e 09m.

Município de Porecatu - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

24

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio/Capital	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	24.413.244,67	100,00	30.854.906,20	100,00	26.733.939,06	100,00
TOTAL	24.413.244,67	100,00	30.854.906,20	100,00	26.733.939,06	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 10m.

Município de Porecatu - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art 4º, § 2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	262.562,09	406.165,01	168.540,39
Alienação de Bens Móveis	-	93.000,00	-
Alienação de Bens Imóveis	259.269,33	311.805,79	161.643,32
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	3.292,76	1.359,22	6.897,07
DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	332.758,16	375.498,36	108.492,20
DESPESAS DE CAPITAL	332.758,16	375.498,36	108.492,20
Investimentos	33.758,16	240.398,36	108.492,20
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	299.000,00	135.100,00	-
DESPESAS CORRENTES DO REGIME DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	2019 (g)=((Ia-IIId)+IIIh)	2018 (h)=((Ib-IIe)+ IIIi)	2017 (i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	20.518,77	90.714,84	60.048,19

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 11m.

Município de Porecatu - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
 AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2017	2018	2019
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (V)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)			
Benefícios-Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios-Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	0,00	0,00	0,00
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (IX)			
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00
Benefícios-Civil	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Benefícios-Militar	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2018	2019
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00

NOTA EXPLICATIVA:

NÃO RPPS

Município de Porecatu - PR
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 2021

TRIBUTO	MODALIDADE	SETOR/PROGRAMA/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2021	2022	2023	
IPTU	Concessão de isenção caráter não geral	Contribuinte	200.000,00	250.000,00	300.000,00	ECONOMIA ADMINISTRATIVA
IPTU	Anistia	Contribuinte	100.000,00	150.000,00	200.000,00	
TOTAL			300.000,00	400.000,00	500.000,00	

R\$ 1,00

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 16m.

Município de Porecatu - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2021

LRF, art 4º, § 2º, inciso V

EVENTO	Valor Previsto 2021

FONTE: PRONIM PL - Planejamento e Orçamento, 22/Abr/2020, 10h e 17m.

NOTA EXPLICATIVA: NÃO HÁ MARGEM PARA EXPANSÃO

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Lei de Diretrizes Orçamentárias
Anexo I - Estimativa das receitas
Fontes de Financiamento dos Programas Governamentais
 Dados Enviados ao Legislativo

Estimativa das Receitas Orçamentárias

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
 Unidade Gestora: CONSOLIDADO

Especificação	Receitas Previstas			
	2021		Total	
	Direta	Indireta		
FUNDEB				
1.0.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Receitas Correntes	5.535.200,00	-	5.535.200,00
1.7.0.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências Correntes	5.535.200,00	-	5.535.200,00
1.7.1.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades	3.877.200,00	-	3.877.200,00
1.7.1.8.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	3.877.200,00	-	3.877.200,00
1.7.2.0.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados e do DF e de suas Entidade	1.658.000,00	-	1.658.000,00
1.7.2.8.00.0.0.00.00.00.00.00	Transferências dos Estados - Específica E/M	1.658.000,00	-	1.658.000,00
Total das Deduções		5.909.000,00	-	5.909.000,00
Total Líquido das Receitas		40.500.000,00	-	40.500.000,00
Total Geral		40.500.000,00		40.500.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
 Custos para o Exercício
 2021
 Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
 Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
 Classificação Institucional: 99.99-Todos

INICIAL

PROGRAMA

Modernização do Poder Legislativo

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 100

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 01.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralização dos custos do poder legislativo

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 2.100.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização do Gabinete do Prefeito

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 110

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 02.01.00

OBJETIVO

Criação de um programa para centralização de custos para o gabinete do prefeito

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO				
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro	
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00	
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 900.000,00	

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

35

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização Assessorias

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 120

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

ASSESSORIA E PLANEJAMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 03.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralização dos custos das assessorias

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO

Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 200.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Procuradoria Judicial

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 130

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

PROCURADORIA E SERVIÇO ADMINISTRATIVO

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 04.01.00

OBJETIVO

Criar uma ação para centralização de custos da procuradoria judicial

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 420.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

37

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

DIVISÃO DE PESSOAL

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 05.02.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralizar os custos da secretaria de administração

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 4.700.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

38

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Fazenda

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 150

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 06.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para cetralização dos custos da secretaria de fazenda

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 5.335.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

39

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 160

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA Nº 07.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralização dos custos d secretaria de urbanismo, obras e viação

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 2.980.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 08.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralização de custos para a secretaria de educação

JUSTIFICATIVA

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA

R\$ 10.950.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Esportes

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 190

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

GABINETE SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA Nº 10.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralização de custos da secretaria de esportes

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 690.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Saúde

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 200

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 11.01.00

OBJETIVO

Criar um programa para centralização dos custos da secretaria de saúde

JUSTIFICATIVA

METAS/INDICADORES NO EXERCÍCIO			
Indicadores	Unidade de Medida	Índice Recente	Índice Futuro
Outros Indicadores	Outras	1,00	1,00
CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA			R\$ 7.687.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo V - Descrição dos Programas Governamentais/Metas/Custos
Custos para o Exercício
2021
Dados Enviados ao Legislativo

40

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei
Unidade Gestora: 9999-CONSOLIDADO
Classificação Institucional: 99.99-Todos

PROGRAMA

Reserva de Contingência

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 9999

UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Reserva de Contingência

CÓDIGO DA UNIDADE RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA

Nº 99.99.00

OBJETIVO

Reserva de Contingência

JUSTIFICATIVA

CUSTO TOTAL ESTIMADO PARA O PROGRAMA	R\$ 90.000,00
TOTAL GERAL ESTIMADO PARA OS PROGRAMAS	R\$ 40.500.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

47

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
CÂMARA MUNICIPAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 01.01.00

FUNÇÃO

Legislativa

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 1

SUBFUNÇÃO

Ação Legislativa

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 31

PROGRAMA

Modernização do Poder Legislativo

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 100

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Câmara Municipal

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 2

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

50,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 2.100.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 02.01.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização do Gabinete do Prefeito

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 110

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Gabinete do Prefeito

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 3

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 900.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

49

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ASSESSORIA E PLANEJAMENTO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 03.01.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Planejamento e Orçamento

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 121

PROGRAMA

Modernização Assessorias

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 120

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Assessoria de Planejamento

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 6

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 85.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ASSESSORIA INDÚSTRIA, COM.,AGR. E M AMB.

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 03.02.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização Assessorias

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 120

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Assessoria de Comércio, Indústria e Meio Ambiente

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 73

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 65.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

ASSESSORIA INDÚSTRIA, COM.,AGR. E M AMB.

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 03.02.00

FUNÇÃO

Trabalho

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 11

SUBFUNÇÃO

Fomento ao Trabalho

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 334

PROGRAMA

Modernização Assessorias

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 120

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Implantação de Incubadora para Pequenas Empresas

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 2

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 50.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

52

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

PROCURADORIA E SERVIÇO ADMINISTRATIVO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 04.01.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Representação Judicial e Extrajudicial

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 92

PROGRAMA

Modernização da Procuradoria Judicial

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 130

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção dos Serviços de Procuradoria Judicial

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 7

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 420.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

53

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.01.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Secretaria de Administração

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 8

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.850.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

54

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE PESSOAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.02.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Pessoal

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 11

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 170.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

55

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE PESSOAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.02.00

FUNÇÃO

Encargos Especiais

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 28

SUBFUNÇÃO

Previdência do Regime Estatutário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 272

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

OPERAÇÃO ESPECIAL

Encargos com Pensionistas e Inativos

CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL

Nº 6

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.550.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO

58

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE PATRIMÔNIO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.03.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão do Patrimônio

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 16

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 70.000,00

57

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE MATERIAL E COMPRAS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.04.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Material e Compras

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 17

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 150.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

58

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E FROTA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.05.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Manutenção e Frota

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 18

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 810.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 05.06.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Administração

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 140

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Documentação e Arquivo

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 19

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 100.000,00

60

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 06.01.00

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 4

SUBFUNÇÃO

Administração Financeira

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 123

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Fazenda

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 150

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Gabinete da Secretaria de Fazenda

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 20

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 70.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE RECEITA

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 06.02.00**

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 4**

SUBFUNÇÃO
Administração Financeira
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 123**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Fazenda
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 150**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção da Divisão de Receita
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 21**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	R\$ 480.000,00
--	-----------------------

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 06.03.00**

FUNÇÃO

Administração

CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 4**

SUBFUNÇÃO

Controle Interno

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 124**

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Fazenda

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 150**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Contabilidade

CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 22**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 515.000,00

63

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE TESOURARIA

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 06.04.00**

FUNÇÃO
Administração
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 4**

SUBFUNÇÃO
Administração Financeira
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 123**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Fazenda
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 150**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção da Divisão de Tesouraria
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 23**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 270.000,00**

64

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE TESOURARIA

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 06.04.00**

FUNÇÃO
Encargos Especiais
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 28**

SUBFUNÇÃO
Serviço da Dívida Interna
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 843**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Fazenda
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 150**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

OPERAÇÃO ESPECIAL
Amortização e Encargos de Financiamento/Confissões de Dívidas/Precatórios
CÓDIGO DA OPERAÇÃO ESPECIAL **Nº 5**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 4.000.000,00**

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 07.01.00

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 15

SUBFUNÇÃO

Infra-estrutura Urbana

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 451

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 160

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 25

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 75.000,00

68

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE URBANISMO

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 07.02.00**

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 15**

SUBFUNÇÃO

Infra-estrutura Urbana

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 451**

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 160**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Recapeamento/Pavimentação Asfáltica

CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 14**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

35.000,00

UNIDADE DE MEDIDA

m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 100.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
 DIVISÃO DE URBANISMO

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 07.02.00**

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 15**

SUBFUNÇÃO

Infra-estrutura Urbana

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 451**

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 160**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Urbanismo

CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 26**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.250.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 07.03.00

FUNÇÃO

Transporte

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 26

SUBFUNÇÃO

Transporte Rodoviário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 782

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 160

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Aquisição de Veículo Pesado

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 4

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Un

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 50.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DO SERVIÇO RODOVIÁRIO MUNICIPAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 07.03.00

FUNÇÃO

Transporte

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 26

SUBFUNÇÃO

Transporte Rodoviário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 782

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 160

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Serviço Rodoviário Municipal

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 27

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.430.000,00

70

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE EDIFICAÇÕES

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 07.04.00

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 15

SUBFUNÇÃO

Infra-estrutura Urbana

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 451

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 160

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Edificações

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 29

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 75.000,00

71

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 08.02.00

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 361

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Reforma e Ampliação de Unidades Escolares

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 5

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 50.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 08.02.00

FUNÇÃO
Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 361

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Aquisição Veículos Secretaria Municipal de Educação

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 6

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Un

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 50.000,00

73

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 08.02.00**

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 12**

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 361**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Educação
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 170**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção da Merenda Escolar
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 10**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 630.000,00**

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 08.02.00

FUNÇÃO
Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 361

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Ensino Fundamental

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 31

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.400.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE Nº 08.02.00

FUNÇÃO
 Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO

Ensino Fundamental

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 361

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Transporte Escolar

CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 37

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 770.000,00

70

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 08.02.00

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 12

SUBFUNÇÃO

Ensino Superior

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 364

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Transporte de Alunos do Ensino Superior

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 72

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 125.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 08.02.00

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 12

SUBFUNÇÃO

Educação Infantil

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 365

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção dos Centros de Educação Infantil

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 33

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 2.850.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
 DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 08.02.00

FUNÇÃO

Educação

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 12

SUBFUNÇÃO

Educação de Jovens e Adultos

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 366

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Educação

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Ensino Fundamental

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 31

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 125.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 08.03.00**

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 12**

SUBFUNÇÃO
Ensino Fundamental
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 361**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Educação
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 170**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Encargos com Remuneração do Magistério
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 35**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 2.700.000,00**

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE Nº 08.03.00

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO Nº 12

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO Nº 365

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Educação
CÓDIGO DO PROGRAMA Nº 170

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção dos Centros de Educação Infantil - FUNDEB
CÓDIGO DA ATIVIDADE Nº 12

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO R\$ 1.350.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
FUNDEB

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 08.03.00**

FUNÇÃO
Educação
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 12**

SUBFUNÇÃO
Educação Infantil
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 365**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Educação
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 170**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção do Ensino Infantil
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 34**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	R\$ 900.000,00
--	-----------------------

82

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GABINETE DO SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 09.01.00

FUNÇÃO

Cultura

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 13

SUBFUNÇÃO

Difusão Cultural

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 392

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Cultura

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 180

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 74

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 75.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE CULTURA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 09.02.00

FUNÇÃO

Cultura

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 13

SUBFUNÇÃO

Difusão Cultural

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 392

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Cultura

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 180

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Cultura

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 38

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 285.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GABINETE SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 10.01.00

FUNÇÃO

Desporto e Lazer

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 27

SUBFUNÇÃO

Desporto Comunitário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 812

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Esportes

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 190

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Secretária de Educação Física e Desportos

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 77

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 75.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE ESPORTES E RECREAÇÃO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 10.02.00

FUNÇÃO

Desporto e Lazer

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 27

SUBFUNÇÃO

Desporto Comunitário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 812

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Esportes

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 190

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Esportes, Recreação e Turismo

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 39

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 155.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 10.03.00

FUNÇÃO

Desporto e Lazer

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 27

SUBFUNÇÃO

Desporto Comunitário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 812

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Esportes

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 190

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Reforma/Ampliação Unidades de Esporte

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 12

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 10.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 10.03.00

FUNÇÃO

Desporto e Lazer

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 27

SUBFUNÇÃO

Desporto Comunitário

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 812

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Esportes

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 190

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção Programa Bloco Assistência Especial

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 4

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 450.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 11.01.00

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 10

SUBFUNÇÃO

Administração Geral

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 122

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Saúde

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 200

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Secretária de Saúde

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 41

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 85.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 11.01.00**

FUNÇÃO
Saúde
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 10**

SUBFUNÇÃO
Atenção Básica
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 301**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Saúde
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 200**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO
Aquisição de Veículos para Secretaria Municipal de Saúde
CÓDIGO DO PROJETO **Nº 7**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Un

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 30.000,00**

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 11.01.00

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 301

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Saúde

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 200

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 8

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

m²

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 30.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
 2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 11.01.00

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 10

SUBFUNÇÃO

Atenção Básica

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 301

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Saúde

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 200

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção das Unidades Básicas de Saúde

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 42

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.680.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 11.01.00

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 10

SUBFUNÇÃO

Assistência Hospitalar e Ambulatorial

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 302

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Saúde

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 200

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Hospital Municipal

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 52

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 5.384.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 11.01.00

FUNÇÃO

Saúde

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 10

SUBFUNÇÃO

Suporte Profilático e Terapêutico

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 303

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Saúde

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 200

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção dos Serviços de Fisioterapia

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 53

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 58.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 11.01.00**

FUNÇÃO
Saúde
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 10**

SUBFUNÇÃO
Vigilância Sanitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 304**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Saúde
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 200**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 54**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 420.000,00**

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

GABINETE SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.01.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência Comunitária

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 244

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 78

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 80.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.02.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência Comunitária

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 244

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção Programa Bloco Assistência Especial

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 4

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 35.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR

Planejamento Orçamentário - LDO

Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental

2021

Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.02.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência Comunitária

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 244

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Programa Bolsa Família

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 5

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 35.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 12.02.00**

FUNÇÃO
Assistência Social
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 8**

SUBFUNÇÃO
Assistência Comunitária
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 244**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Serviço Social
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 210**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção do Programa IGD-SUAS
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 13**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO	UNIDADE DE MEDIDA
1,00	Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO	R\$ 18.000,00
--	----------------------

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.02.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência Comunitária

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 244

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Programa de Atendimento a Família - PAIF

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 69

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 180.000,00

100

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.03.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência à Criança e ao Adolescente

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 243

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção do Conselho Tutelar

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 55

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 135.000,00

101

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.03.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência Comunitária

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 244

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Assistência Social

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 56

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 920.000,00

102

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

FUNDO MUNIC. DIR. CRIANÇAS E ADOLESCENTE

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 12.04.00

FUNÇÃO

Assistência Social

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 8

SUBFUNÇÃO

Assistência à Criança e ao Adolescente

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 243

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviço Social

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 210

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Orçamento da Criança e Adolescência

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 1

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Pessoas

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 250.000,00

103

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
GABINETE SECRETÁRIO E SERVIÇO ADMINIS.

CÓDIGO DA UNIDADE **Nº 13.01.00**

FUNÇÃO
Urbanismo
CÓDIGO DA FUNÇÃO **Nº 15**

SUBFUNÇÃO
Infra-estrutura Urbana
CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO **Nº 451**

PROGRAMA
Modernização da Secretaria de Serviços Públicos
CÓDIGO DO PROGRAMA **Nº 220**

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE
Manutenção do Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos
CÓDIGO DA ATIVIDADE **Nº 62**

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO **UNIDADE DE MEDIDA**
1,00 **Outras**

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO **R\$ 75.000,00**

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE LIMPEZA PÚBLICA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 13.02.00

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 15

SUBFUNÇÃO

Serviços Urbanos

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 452

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviços Públicos

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 220

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Limpeza Pública

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 63

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 340.000,00

105

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 13.03.00

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 15

SUBFUNÇÃO

Serviços Urbanos

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 452

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviços Públicos

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 220

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Iluminação Pública

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 65

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 1.100.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
Planejamento Orçamentário - LDO
Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

DIVISÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 13.04.00

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 15

SUBFUNÇÃO

Serviços Urbanos

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 452

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviços Públicos

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 220

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Praças, Parques e Jardins

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 64

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 815.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA
 DIVISÃO DE CEMITÉRIO

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 13.05.00

FUNÇÃO

Urbanismo

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 15

SUBFUNÇÃO

Serviços Urbanos

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 452

PROGRAMA

Modernização da Secretaria de Serviços Públicos

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 220

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

ATIVIDADE

Manutenção da Divisão de Cemitérios

CÓDIGO DA ATIVIDADE

Nº 57

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 105.000,00

Prefeitura Municipal de Porecatu - PR
 Planejamento Orçamentário - LDO
 Anexo VI - Unidades Executoras e Ações Voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
2021
 Dados enviados ao legislativo

Situação: Em Elaboração Fundamento Legal: 009 Data: 13/04/2020 Tipo: Projeto de Lei

INICIAL

UNIDADE EXECUTORA

Reserva de Contigência

CÓDIGO DA UNIDADE

Nº 99.99.00

FUNÇÃO

Reservas

CÓDIGO DA FUNÇÃO

Nº 99

SUBFUNÇÃO

Reserva de Contigência

CÓDIGO DA SUBFUNÇÃO

Nº 999

PROGRAMA

Reserva de Contigência

CÓDIGO DO PROGRAMA

Nº 9999

TIPOS DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

PROJETO

Reserva de Contigência

CÓDIGO DO PROJETO

Nº 999

META FÍSICA PARA O EXERCÍCIO

1,00

UNIDADE DE MEDIDA

Outras

CUSTO FINANCEIRO TOTAL PARA O EXERCÍCIO

R\$ 90.000,00

TOTAL GERAL ESTIMADO PARA AS AÇÕES GOVERNAMENTAIS

R\$ 40.500.000,00

Fundamento Legal: 009 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Ação	Valores	
	2021	Total
0.005.000-Amortização e Encargos de Financiamento/Confissões de Dívidas/Precatórios	4.000.000,00	4.000.000,00
0.006.000-Encargos com Pensionistas e Inativos	1.550.000,00	1.550.000,00
1.002.000-Implantação de Incubadora para Pequenas Empresas	50.000,00	50.000,00
1.004.000-Aquisição de Veículo Pesado	50.000,00	50.000,00
1.005.000-Reforma e Ampliação de Unidades Escolares	50.000,00	50.000,00
1.006.000-Aquisição Veículos Secretaria Municipal de Educação	30.000,00	30.000,00
1.007.000-Aquisição de Veículos para Secretaria Municipal de Saúde	30.000,00	30.000,00
1.008.000-Reforma e Ampliação de Unidades de Saúde	10.000,00	10.000,00
1.012.000-Reforma/Ampliação Unidades de Esporte	2.100.000,00	2.100.000,00
2.002.000-Manutenção da Câmara Municipal	900.000,00	900.000,00
2.003.000-Manutenção do Gabinete do Prefeito	485.000,00	485.000,00
2.004.000-Manutenção Programa Bolsa Assistência Especial	35.000,00	35.000,00
2.005.000-Manutenção do Programa Bolsa Família	85.000,00	85.000,00
2.006.000-Manutenção da Assessoria de Planejamento	420.000,00	420.000,00
2.007.000-Manutenção dos Serviços de Procuradoria Judicial	1.850.000,00	1.850.000,00
2.008.000-Manutenção da Secretaria de Administração	630.000,00	630.000,00
2.010.000-Manutenção da Merenda Escolar	170.000,00	170.000,00
2.011.000-Manutenção da Divisão de Pessoal	1.350.000,00	1.350.000,00
2.012.000-Manutenção dos Centros de Educação Infantil - FUNDEB	18.000,00	18.000,00
2.013.000-Manutenção do Programa IGD-SUAS	100.000,00	100.000,00
2.014.000-Recapamento/Pavimentação Asfáltica	70.000,00	70.000,00
2.016.000-Manutenção da Divisão do Patrimônio	150.000,00	150.000,00
2.017.000-Manutenção da Divisão de Material e Compras	810.000,00	810.000,00
2.018.000-Manutenção da Divisão de Manutenção e Frota	100.000,00	100.000,00
2.019.000-Manutenção da Divisão de Documentação e Arquivo	70.000,00	70.000,00
2.020.000-Manutenção do Gabinete da Secretaria de Fazenda	480.000,00	480.000,00
2.021.000-Manutenção da Divisão de Receita	515.000,00	515.000,00
2.022.000-Manutenção da Divisão de Contabilidade	270.000,00	270.000,00
2.023.000-Manutenção da Divisão de Tesouraria	75.000,00	75.000,00
2.025.000-Manutenção da Secretaria de Urbanismo, Obras e Viação	1.250.000,00	1.250.000,00
2.026.000-Manutenção da Divisão de Urbanismo	1.430.000,00	1.430.000,00
2.027.000-Manutenção do Serviço Rodoviário Municipal	75.000,00	75.000,00
2.029.000-Manutenção da Divisão de Edificações	1.525.000,00	1.525.000,00
2.031.000-Manutenção do Ensino Fundamental	2.850.000,00	2.850.000,00
2.033.000-Manutenção dos Centros de Educação Infantil	900.000,00	900.000,00
2.034.000-Manutenção do Ensino Infantil	2.700.000,00	2.700.000,00
2.035.000-Encargos com Remuneração do Magistério	770.000,00	770.000,00
2.037.000-Manutenção do Transporte Escolar	285.000,00	285.000,00
2.038.000-Manutenção da Divisão de Cultura	155.000,00	155.000,00
2.039.000-Manutenção da Divisão de Esportes, Recreação e Turismo	85.000,00	85.000,00
2.041.000-Manutenção da Secretaria de Saúde		
2.042.000-Manutenção das Unidades Básicas de Saúde	1.680.000,00	1.680.000,00

Fundamento Legal: 009 - Projeto de Lei - Em Elaboração

Ação	Valores	
	2021	Total
2.052.000-Manutenção do Hospital Municipal	5.384.000,00	5.384.000,00
2.053.000-Manutenção dos Serviços de Fisioterapia	58.000,00	58.000,00
2.054.000-Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária	420.000,00	420.000,00
2.055.000-Manutenção do Conselho Tutelar	135.000,00	135.000,00
2.056.000-Manutenção da Divisão de Assistência Social	920.000,00	920.000,00
2.057.000-Manutenção da Divisão de Cemitérios	105.000,00	105.000,00
2.062.000-Manutenção do Gabinete da Secretaria de Serviços Públicos	75.000,00	75.000,00
2.063.000-Manutenção da Divisão de Limpeza Pública	340.000,00	340.000,00
2.064.000-Manutenção da Divisão de Praças, Parques e Jardins	815.000,00	815.000,00
2.065.000-Manutenção da Divisão de Iluminação Pública	1.100.000,00	1.100.000,00
2.069.000-Manutenção do Programa de Atendimento a Família - PAF	180.000,00	180.000,00
2.072.000-Transporte de Alunos do Ensino Superior	125.000,00	125.000,00
2.073.000-Manutenção da Assessoria de Comércio, Indústria e Meio Ambiente	65.000,00	65.000,00
2.074.000-Manutenção da Secretaria de Cultura e Turismo	75.000,00	75.000,00
2.077.000-Manutenção da Secretaria de Educação Física e Desportos	75.000,00	75.000,00
2.078.000-Manutenção da Secretaria de Serviço Social	80.000,00	80.000,00
6.001.000-Orçamento da Criança e Adolescência	250.000,00	250.000,00
9.999.000-Reserva de Contingência	90.000,00	90.000,00
TOTAL DA LDO	40.500.000,00	40.500.000,00



RELAÇÃO PROJETOS EM ANDAMENTO

- Cobertura Quadra Piscina - R\$ 210.873,10
- Ampliação Centro de Educação Infantil Vicente Di Conti - R\$ 111.473,72